

## **ROTEIRO: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DOCUMENTAÇÃO CONVÊNIOS OU TERMO DE AJUSTE (PCF) Municípios**

Conforme disposto na Lei Complementar nº 119 de 28.12.12 (DOE 15.01.13) e suas alterações (Lei Complementar N º178 de 10.05.2018, [DOE 11.05.2018],) Decreto nº 32.811 de 28.09.2018 (DOE 01.10.2018) e suas alterações (Decreto nº 32.873 de 04.11.2018 [DOE. 07.11.2018]) segue a relação de documentos necessários para celebração e execução de Convênios ou Instrumentos Congêneres (PCF).

### **1. ETAPA CADASTRAMENTO**

#### **1.1. CADASTRO / ATUALIZAÇÃO DO PARCEIRO E-PARCEIRAS - Lei Complementar nº 119 e suas alterações, Art. 5º e 6º e Decreto nº 32.811, Art. 4º,5º, 6º e 7º);**

- 1.1.1.CADASTRO: Faz-se necessário o cadastro do parceiro no E-PARCEIRAS (<https://e-parcerias.cge.ce.gov.br/e-parcerias-web/padrao-web/paginas/seguranca/login.seam>);
- 1.1.2.ATUALIZAÇÃO: Para que sejam restabelecidos os acessos dos Prefeitos reeleitos ou fornecido acesso aos novos Prefeitos, faz-se necessário encaminhar solicitação, por meio de ofício, à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, informando o e-mail para contato e anexando cópia dos documentos abaixo: - Diplomação; - Ata de Posse; - Identidade do Representante Legal;
- 1.1.3.INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Informações adicionais podem ser obtidas por meio dos telefones (85) 3101-3464 e (85) 3101-3466 – CGE CE (Controladoria Geral do Estado do Ceará).

## 2. ETAPA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIOS OU TERMO DE AJUSTE (PCF)

### 2.1. MAPP

- 2.1.1. Para celebração do instrumento faz-se necessário a aprovação do MAPP (número de identidade do Projeto no Sistema SIAP) após cumprimento do Art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SECON/SEFAZ/SEPLAG Nº 03 DE 16 DE JUNHO DE 2008 - **PCF – PROGRAMA DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA**;
- 2.1.2. Os casos que não se tratarem de PCF entrar em contato com a Câmara Técnica de Gestão do MAPP – UGP (85) 3101.5181 para maiores esclarecimentos referente a criação e aprovação do MAPP.

### 2.2. CONTA CORRENTE ESPECÍFICA DO CONVÊNIOS OU TERMO DE AJUSTE (PCF) - Portaria CGE nº 130/2015 – Art. 5º.

- 2.3.1. Com o Ofício da SESA destinado à Caixa Econômica Federal o Município deve dirigir-se a qualquer agência CEF para abertura da conta específica do Convênios ou Termo de Ajuste (PCF);
- 2.3.2. O Ofício será enviado para o e-mail do Município assim que o MAPP for aprovado e a via original ficará à disposição na SESA;
- 2.3.3. A conta deve ser aberta no CNPJ da Prefeitura Municipal (Beneficiário/Conveniente) e não Fundo Municipal;
- 2.3.4. O comprovante de abertura da conta específica do Convênios ou Termo de Ajuste (PCF) a ser emitido pela CEF deve ser encaminhado junto com a documentação listada no item 2.3 (DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES NA SESA).

### 2.3. DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES NA SESA

A documentação deve estar na ordem dos itens 2.3.2 ao 2.3.11 e ser entregue no protocolo da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - SESA: Av. Almirante Barroso, 600, Praia de Iracema, Fortaleza – CE.

- 2.3.1. OFÍCIO CASA CIVIL - Cópia do Ofício da Casa Civil disponibilizando o recurso para o município nos casos de recursos oriundos do Programa de Cooperação Federativa – PCF;
- 2.3.2. OFÍCIO DO MUNICÍPIO - Ofício do Município encaminhando a solicitação à Secretaria da Saúde do Estado (modelo **ANEXO I**);
- 2.3.3. DOCUMENTOS DO MUNICÍPIO E DO PREFEITO:
- 2.3.3.3. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 2.3.3.4. Cópia do Diploma da Justiça eleitoral;
- 2.3.3.5. Cópia do Termo de Posse do Prefeito;
- 2.3.3.6. Cópias dos Documentos do Prefeito:
- 2.3.3.6.1. Cópia do RG;
- 2.3.3.6.2. Cópia do CPF;
- 2.3.3.6.3. Cópia do Comprovante de residência atualizado;
- 2.3.4. CERTIDÃO DE REGULARIDADE E ADIMPLÊNCIA - **Lei Complementar nº 119, Art. 5º e 6º e Decreto nº 32.811, Art. 4º, 5º, 6º e 7º**;
- 2.3.4.3. Cópia da Certidão de Regularidade e Adimplência a ser emitida no endereço abaixo:  
(<https://e-parcerias.cge.ce.gov.br/e-parcerias-web/paginas/parceiro/EmitirCertidao.seam>)
- 2.3.4.4. Faz-se necessária a atualização dos documentos (Certidões Negativas de Débitos) referentes ao cadastro do parceiro no E-PARCIAS -
- 2.3.4.5. A inadimplência do município impede a celebração do instrumento, salvo exceções;
- 2.3.5. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - **Portaria CGE nº 130/2015 – Art. 5º**: Comprovante da abertura da Conta Corrente específica do Convênios ou Termo de Ajuste (PCF) aberto na Caixa Econômica Federal, conforme ofício expedido pela SESA (ver item 2. CONTA CORRENTE ESPECÍFICA DO CONVÊNIOS OU TERMO DE AJUSTE (PCF) (modelo **ANEXO II**);
- 2.3.6. DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA - **Lei 13.613/2018 (LDO 2019) - Art. 62, "I a IV" e Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38, § 1º, "I"**: Declaração de Contrapartida com o detalhamento da rubrica orçamentária e comprovação da mesma (modelo e informações sobre a contrapartida Financeira **ANEXO III**);
- 2.3.7. **DECLARAÇÃO NADA CONSTA - Decreto nº 32.81, Art. 9º, VI a X**: Declaração do Representante Legal do Parceiro com a informação que não incorre em quaisquer das situações previstas (modelo **ANEXO IV**);

- 2.3.8. **PISO NACIONAL DOS AGENTES DE SAÚDE - Lei nº 13.613/2018 [LDO 2019] - Art. 55, "I", "b":**Cópia da Lei Municipal que institui o Piso Nacional dos agentes de saúde;
- 2.3.9. **PLANO DE CONTINGÊNCIA DE ARBOVIROSES – Lei nº 13.613/2018 [LDO 2019] - Art. 55, "I", "c":** Cópia da Declaração a Adesão do Plano de Contingência de Arboviroses emitida pela COVIG – SESA;
- 2.3.10. **COTAÇÃO DE PREÇO- Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38, § 3º, § 4º, §5º e §6º** Cotação prévia de preços no mercado, compreendendo o levantamento de, no mínimo, três propostas comerciais junto a fornecedores, com vistas à obtenção de preço mais vantajoso;
- 2.3.11. **PLANO DE TRABALHO - Lei Complementar nº119, Art.22 e Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38:** Para a celebração de convênio ou instrumento congênere, o parceiro deverá apresentar plano de trabalho Modelo **ANEXO VII**;
- 2.3.12. Deverão ser apresentados juntamente com o Plano de Trabalho a documentação abaixo em 03 (TRÊS) VIAS em meio físico, sendo 01 (uma) via para arquivamento do projeto aprovado por 5 anos no NUVIS – Núcleo de Vigilância Sanitária, 01 (uma) via no MAPP para acompanhamento e fiscalização da obra e 01 (uma) via anexa ao processo de formalização; e 01 (UMA) VIA em meio digital – CD:
1. **Localização Georreferenciada:** Planta de localização da obra com as respectivas coordenadas geográficas;
  2. **Projetos Básicos de Arquitetura e Engenharia**
    - 2.1.1. **Projeto Básico de Arquitetura – PBA**
      - 2.1.1.1. **Representação Gráfica:** Os Desenhos Técnicos deverão conter: identificação do contratante, do autor do projeto (nome, registro profissional e assinatura), da edificação e do projeto, em plantas conforme descrito abaixo:
        - a. **PLANTA DE SITUAÇÃO E LOCAÇÃO:** Implantação com níveis, indicação do conjunto de edificações, áreas a serem ampliados (nos casos de reforma), parâmetros urbanísticos (adequação do uso conforme o Plano Diretor, nome das ruas, afastamentos, taxa de ocupação, índice de aproveitamento, taxa de permeabilidade), acesso de pedestres e, veículos, reservatórios superior e inferior, depósito de lixo, subestação, bem como a orientação do Estabelecimento (norte). Apresentar também em formato de papel A3 ou A4.
        - b. **PLANTA BAIXA DE ARQUITETURA:** Com cotas de amarração interna e externa, identificação dos ambientes com área e nomenclatura; locação de louças sanitárias e bancadas; legendas dos revestimentos (piso, parede e teto); quadro de áreas; quadro de esquadrias com dimensões, altura e material dos peitoris e características, especificações dos materiais que compõem as esquadrias; quadro de bancadas com dimensões, altura, características, material e no caso de haver cuba, especificação de tipo e da altura das torneiras. Apresentar “Detalhes” que possam influir no valor do orçamento. Apresentar também em formato de papel A3 ou A4.
        - c. **PLANTA DE LAY-OUT DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS:** Com a localização dos equipamentos não portáteis e mobiliário principal, com as devidas dimensões representadas em escala. Localizar também aparelhos e/ou centrais de ar condicionado, telefone, central de gases, compressores, bombas de vácuo, etc.
        - d. **PLANTA DE CORTES LONGITUDINAIS E TRANSVERSAIS:** com cotas de amarração de vãos e elevações indicando, quando houver ampliação, o perfil natural de terreno da área a ser ampliada. Apresentar também em formato de papel A3 ou A4.
        - e. **PLANTA DE FACHADA:** Com indicação dos revestimentos.
        - f. **PLANTA DE COBERTURA:** Indicando material, inclinação, sentido do escoamento das águas, posição das calhas, condutores e beirais.

**Observações:**

- O Projeto Básico de Arquitetura deve seguir as orientações da NBR-9050:2015 (estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção instalação e adaptação do meio urbano e rural, de edificações às condições de acessibilidade), RDC nº50/2002 (Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde), e [Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia \(Recomendações Básicas para Contratos e Convênio ou Termo de Ajuste \(PCF\)s no âmbito do Estado do Ceará\)](#);

- Todas as pranchas do Projeto Arquitetônico deverão ser assinadas pelo responsável técnico, ambas as vias.

**2.1.1.2. Relatório Técnico:**

- a. Memorial Descritivo: Constará de uma descrição detalhada do objeto projetado, apresentando as soluções técnicas adotadas e o método construtivo, contemplando as instalações com suas concepções fundamentais e princípios de funcionamento;
- b. Considerações sobre o tipo de Estabelecimento e viabilidade da intervenção proposta;
- c. Esclarecimentos sobre a localização do Estabelecimento considerando sua vizinhança, distância dos mananciais e fontes poluidoras existentes. Não se aplica a obras de reforma;
- d. Resumo da Proposta Assistencial com descrição das atividades a serem desenvolvidas no Estabelecimento. Acompanhamento do Procedimento Operacional com seu respectivo fluxograma. Não se aplica a obras de reforma;
- e. Justificativa do Partido Arquitetônico adotado. Não se aplica a obras de reforma;
- f. Manual de Boas Práticas de Fabricação e Controle (no caso de projetos de produtos);
- g. Especificações Técnicas: Descreve de forma precisa e completa, todos os materiais, equipamentos e os procedimentos de execução a serem adotados na construção;
- h. Descrição das Unidades projetadas e seu inter-relacionamento com os diversos setores do Estabelecimento considerando o fluxo e funcionalidade dos ambientes;
- i. Descrição da solução adotada para abastecimento de água potável, energia, coleta e destino final de esgoto e lixo, ver RDC Nº 306 – (Regulamento Técnico para Gerenciamento de Resíduos de Saúde);
- j. Quadro do número de leitos por atendimento quando for o caso;
- k. Número de Comensais (alimentações);
- l. Número de Funcionários dividido por sexo.

**Legislação Complementar:**

- ANVISA RDC Nº 50/2002;
- ANVISA RDC Nº 51/2010 Art. 11;
- NBR-9050:2015;
- Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§2º,"I";
- Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia (CGE/SEINFRA, 2016).

**2.1.2. Projetos Básicos Complementares de Engenharia:** Projetos Básicos Complementares de Engenharia a serem desenvolvidos de acordo com o tipo de obra e complexidade, conforme **Tabela 2 - Elementos do Projeto Básico para Obras de Edificações** do item 4.1.4 do e [Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia \(Recomendações Básicas para Contratos e Convênio ou Termo de Ajuste \(PCF\)s no âmbito do Estado do Ceará\)](#);

**3. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT/CAU), referente aos Projetos Básicos de Arquitetura e Engenharia, assinadas pelos profissionais e contratante;**

**Legislação Complementar:**

- Lei Federal nº 6.496/77
- Res. CONFEA 1025/09
- Lei Federal nº 12.378/10
- ANVISA RDC Nº 51/2010 Art. 14

**4. Orçamento detalhado (valores arredondados para duas casas decimais):** Baseado na [Tabela atualizada da SEINFRA-CE](#), indicando a tabela usada. Caso algum item não exista na tabela, apresentar Composição de Preço com insumos da tabela da Seinfra-Ce, caso o insumo não exista na referida tabela, apresentar cotação de preços, em papel timbrado, de três

empresas/fornecedores distintos; A Planilha de Orçamento deverá conter: Item, Nº da Composição de Preços ou do Insumo da SEINFRA-CE, Descrição dos Serviços, Unidade, Quantidade, Preço Unitário e Preço Total; O BDI será informado e calculado, apenas no final do orçamento;

5. **Memória de Cálculo:** Deverá ser apresentada a memória de cálculo das quantidades de serviços do orçamento;
6. **Cronograma de execução físico-financeiro da obra:** Discriminado por título dos itens;
7. **Composição do percentual das taxas de Encargos Sociais:** Horista e mensalista, com demonstrativo detalhado das taxas utilizadas, inclusive dos custos com alimentação, transporte, equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como de outros encargos sociais complementares e dos demais gastos com higiene e segurança dos trabalhadores;
8. **Composição do BDI, com demonstrativo das variáveis de cálculo utilizadas:** Demonstrando as variáveis de cálculo utilizadas; Aceito acima de 25% até 28,84%, de acordo com a Lei 13.161, de 31/08/2015, passando a vigorar a partir de 01/12/2015, alterando o acórdão Nº 2.622/2013, que estabelecia a CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta de 2% sobre o valor da receita bruta, passando essa contribuição para 4,5%. O acórdão Nº 2.622/2013 é citado no [Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia \(Recomendações Básicas para Contratos e Convênio ou Termo de Ajuste \(PCF\)s no âmbito do Estado do Ceará\)](#), página 60, Tabela 8 – Valores de BDI por tipo de obra – Construção de Edifício;
9. **Composição dos custos com administração da obra;**
10. **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT/CAU), referente ao Orçamento, assinadas pelo profissional e contratante (Lei Federal nº 6.496/77, Res. CONFEA 1025/09, Lei Federal nº 12.378/10);**
11. **Aprovação do PBA na Vigilância Sanitária Estadual (ANVISA RDC Nº 50/2002, ANVISA RDC Nº 51/2010 Art. 5):** O documento será emitido pela VISA mediante análise do Projeto Básico de Arquitetura (PBA) (item 2.1.1.1), Relatório Técnico (item 2.1.1.2) e ART ou RRT de projeto (item 3). A aprovação da VISA é condicionante para aprovação do Plano de Trabalho:
  - a. Requerimento de análise de projeto arquitetônico: O interessado deverá fazer um requerimento solicitando análise e aprovação do projeto arquitetônico, endereçado para a supervisão do Núcleo de Vigilância Sanitária; [Modelo de solicitação de Alvará Sanitário](#). O interessado deverá deixar, junto ao requerimento, os contatos de telefone, fax (com DDD) e endereço eletrônico;
  - b. Comprovante de pagamento da taxa estadual: Guia do DAE autenticada com o valor correspondente a taxa de análise de projeto arquitetônico, de acordo com a Lei Nº 15.838 de 27/07/2015 que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público (Anexo II), emitida pelo site da SEFAZ (<https://www.sefaz.ce.gov.br/>). São isentos desta taxa entes públicos e instituições beneficentes, conforme Art. 7º da Lei Nº 15.838 de 27/07/2015;
12. **Aprovação da Prefeitura Municipal de conformidade dos Projetos Básicos ao Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo (Plano Diretor Municipal);**
13. **Licença Ambiental emitida pelo órgão licenciador ambiental competente (Resolução COEMA nº 10/15 e Resolução COEMA nº 01/16), conforme o tipo de obra:**

Tipo de Obra	Licença Ambiental a ser apresentada
--------------	-------------------------------------

Reforma SEM acréscimo de área	Licença de Operação (LO)
Reforma COM Acréscimo de área	Licença de Operação (LO)
Construções	Licença Prévia (LP)
Retomada de Construções	Licença de Instalação (LI)

- a. Para Unidades a serem **reformadas (sem e com acréscimo de área) ou em retomada de construção**, as licenças ambientais deverão ser emitidas pelo órgão que iniciou o licenciamento. Se a unidade não possuir nenhuma licença ambiental válida, deverá ser feita regularização do licenciamento no órgão licenciador competente;
- b. Para Unidades a serem construídas, as licenças ambientais deverão ser emitidas pelo órgão licenciador competente;

Porte da Edificação	Órgão Licenciador Competente	
	Hospitais e Congêneres	Clínicas e Congêneres
Até 150 leitos	Municipal	-
Acima de 150 leitos	SEMACE	-
Até 2500,00m <sup>2</sup> de área construída	-	Municipal
Acima de 2500,00m <sup>2</sup> de área construída	-	SEMACE

- c. Caso o município não possua órgão licenciador, o licenciamento deverá ser feito pela SEMACE.
  - d. [Lista de municípios que possuem órgão licenciador.](#)
14. **Comprovação de titularidade da área da obra ou documento que demonstre a viabilidade de aplicação de recurso público na área de intervenção, tais como:** registro de imóvel, declaração, certificado de posse, dentre outros;
  15. **Relatório fotográfico do local onde será executada a obra.**



### 3. ETAPA EXECUÇÃO / PRESTAÇÃO DE CONTAS

#### 3.1. A DOCUMENTAÇÃO ABAIXO DEVE SER APRESENTADA À SESA ANTES DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO - Decreto nº 32.811, Art.75:

##### 3.1.1. Licença Ambiental emitida pelo órgão licenciador ambiental competente (Resolução COEMA nº 10/15 e Resolução COEMA nº 01/16) ), conforme o tipo de obra:

Tipo de Obra	Licença Ambiental a ser apresentada
Reforma SEM acréscimo de área	-
Reforma COM acréscimo de área	Licença de Instalação (LI)
Construções	Licença de Instalação (LI)
Retomada de Construções	Licença de Instalação (LI)

- Para Unidades a serem **reformadas (sem e com acréscimo de área) ou em retomada de construção**, as licenças ambientais deverão ser emitidas pelo órgão que iniciou o licenciamento. Se a unidade não possuir nenhuma licença ambiental válida, deverá ser feita regularização do licenciamento no órgão licenciador competente;
- Para Unidades a serem construídas, as licenças ambientais deverão ser emitidas pelo órgão licenciador competente;

Porte da Edificação	Órgão Licenciador Competente	
	Hospitais e Congêneres	Clínicas e Congêneres
Até 150 leitos	Municipal	-
Acima de 150 leitos	SEMACE	-
Até 2500,00m <sup>2</sup> de área construída	-	Municipal
Acima de 2500,00m <sup>2</sup> de área construída	-	SEMACE

- Caso o município não possua órgão licenciador, o licenciamento deverá ser feito pela SEMACE;
- [Lista de municípios que possuem órgão licenciador.](#)

##### 3.1.2. ART ou RRT do responsável técnico pela fiscalização da obra (Lei Federal nº 6.496/77, Res. CONFEA 425/98, Res. CONFEA 1025/09, Lei Federal nº 12.378/10);

##### 3.1.3. ART ou RRT do responsável técnico pela execução da obra (Lei Federal nº 6.496/77, Res. CONFEA 425/98, Res. CONFEA 1025/09, Lei Federal nº 12.378/10);

##### 3.1.4. Documentação da empresa contratada para a execução da obra: Proposta técnica vencedora do processo licitatório: Planilha Orçamentária (meio físico e digital), Cronograma Físico-Financeiro e Composição do BDI;

##### 3.1.5. Cartas de viabilidade: Viabilidade técnica para serviços de infraestrutura: energia, água/esgoto e acessos;

##### 3.1.6. Alvará de construção.

#### 3.2. RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO - Decreto nº 32.811, Art.82, §2º, “I” e §6º.

O conveniente deverá inserir o Relatório Parcial de Execução do Objeto - RPEO no E-PARCELIAS a cada 60 dias **contados a partir da 1ª liberação de recurso do convênio ou instrumento congênere**, caso o RPEO não seja inserido no prazo correto, o município ficará impossibilitado de realizar movimentações financeiras devido bloqueio no Sistema.

No RPEO de OBRAS (modelo **ANEXO XI**) deve constar a demonstração do alcance das metas referentes ao período (previsto x realizado), com a indicação do percentual de execução, a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto e os documentos de comprovação do cumprimento do objeto; com os seguintes anexos:

- 3.2.1. **Memória de cálculo** da medição apresentadas no período;
- 3.2.2. **Relatório fotográfico detalhado** da execução de cada etapa (antes, durante e depois), acompanhado do comentário por foto e, no caso de obra rodoviária, das coordenadas geográficas;
- 3.2.3. **Cópia do Diário de Obra**, especificando as datas e a descrição dos eventos, assinados pelo engenheiro da obra e fiscal do contrato;
- 3.2.4. **Programa de Condições de Meio Ambiente de Trabalho (PCMAT)**, conforme normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (**NR 18 da Portaria nº 3.214/1978**);
- 3.2.5. **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)**, conforme normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (**NR 7 da Portaria nº 3.214/1978**);
- 3.2.6. **Ordem de Paralisação e Reinício**, se houver.

Estes arquivos a serem inseridos periodicamente devem ser digitalizados em formato PDF, e ter até 10MB, conforme limitação do sistema. Caso o arquivo tenha tamanho superior ao limite do sistema, este deverá ser fragmentado e a nomenclatura dos arquivos deve seguir o modelo, legendas e exemplos no **ANEXO XIII**.

### **3.3. AQUISIÇÃO, CONTRATAÇÃO E FINANCEIRO**

O conveniente deverá inserir no E-PARCEIRAS:

- 3.3.1. PROCESSO DE AQUISIÇÃO – PA - **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 73, 76 e 77** (deverão ser publicados no Diário Oficial do Município e/ou no Diário Oficial do Estado):
  - 3.3.1.1. Adjudicação do objeto licitado;
  - 3.3.1.2. Declaração de dispensa ou inexigibilidade quando for caso;
  - 3.3.1.3. Ata de Registro de Preços, se houver;
- LICITAÇÃO ANTERIOR AO CONVÊNIO:
  - **Para Convênios e Instrumentos Congêneres celebrado até 30/09/2018:**  
**Decreto nº 31.621/2014 – Art. 10**. No caso de licitações realizadas anteriores a celebração de convênio, o município deve solicitar a SESA parecer jurídico para anexar ao Sistema E-PARCEIRAS. Esta solicitação deve ser feita através de Ofício anexando os principais documentos da licitação: Publicação da licitação, Homologação e Adjudicação do objeto licitado, contrato e publicação do contrato. Só serão aceitos os casos que atenderem o Art. 10 do Decreto nº 31.621/2014.
  - **Para Convênios e Instrumentos Congêneres celebrado a partir 01/10/2018:**  
**Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 78**, excepcionalmente, poderá ser aceito procedimento de aquisição e efetiva contratação realizada antes da assinatura do convênio ou instrumento congênere, desde que tecnicamente motivada, por meio de **PARECER EMITIDO PELO CONVENIENTE**, de modo a resguardar o interesse público, contemplando no mínimo as informações de que:
    - I – A licitação ou compra direta observou as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, inclusive quanto à previsão de recursos na lei orçamentária anual para o exercício corrente, e no Plano Plurianual, quando for o caso, que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados;
    - II – O objeto do procedimento de aquisição e da efetiva contratação guarda compatibilidade com o objeto do convênio ou instrumento congênere caracterizado no Plano de Trabalho, sendo vedada a utilização de objetos genéricos ou indefinidos;
    - III – a contratação é mais vantajosa se comparada com a realização de uma nova licitação; e
    - IV – Quando já contratada, a empresa vencedora no procedimento de aquisição venha mantendo durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação



exigidas na licitação. o município deve solicitar a SESA parecer jurídico para anexar ao Sistema E-PARCERIAS.

- 3.3.2. CONTRATAÇÃO - **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 77, parágrafo único.** (deverão ser publicados no Diário Oficial do Município e/ou no Diário Oficial do Estado:
  - 3.3.2.1. Contrato celebrado observado o disposto no Art.62 da Lei nº 8.666/93;
- 3.3.3. DOCUMENTOS DE LIQUIDAÇÃO – DL - **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 84** (deverão ser emitidos em nome do conveniente);
  - 3.3.3.1. Notas Fiscais contendo Atesto de Recebimento e número do Convênios ou Termo de Ajuste;
  - 3.3.3.2. Recibos, Faturas e outros documentos comprobatórios;
- 3.3.4. APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM POUPANÇA – **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 89** - Quando o município receber a parcela do Convênios/Termo de Ajuste, obrigatoriamente, deverá aplicar o recurso na poupança na própria conta do Convênios até a utilização do recurso.
- 3.3.5. MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS – OBT- **Decreto Estadual nº 32.811/18 – Arts.83, 86, 87 e 88;**
  - 3.3.5.1. Compete ao conveniente realizar apenas despesas previstas no Plano de Trabalho e efetuar os pagamentos obrigatoriamente via Ordem Bancária de Transferência - OBT no Sistema E-PARCERIAS em favor do fornecedor contratado para execução do objeto do Convênios/Termo de Ajuste;
  - 3.3.5.2. Os valores a serem pagos por OBT e as quantidades adquiridas devem ser no máximo o valor/quantidade constante no Plano de Trabalho, para alterações deve ser solicitado Alteração de Plano de Trabalho. (Ver item 3.4)

#### **3.4. PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA- Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 55 e 57.**

O conveniente deverá enviar a **SESA em até 30 dias antes do final da vigência:**

- 3.4.1. OFÍCIO – Ofício no papel timbrado do município assinado pelo prefeito solicitando a prorrogação da vigência contendo:
  - 3.4.1.1. Número e objeto do Convênios ou Termo de Ajuste;
  - 3.4.1.2. Número do Instrumento;
  - 3.4.1.3. Dias de acréscimo (ex: 180 dias – não informar em meses)
  - 3.4.1.4. Justificativa explicitando o motivo do conveniente não ter executado o objeto dentro do prazo e o porquê da quantidade de dias requerido.

Os valores a serem pagos por OBT e as quantidades adquiridas devem ser no máximo o valor/quantidade constante no Plano de Trabalho, para alterações deve ser solicitado Alteração de Plano de Trabalho.

#### **3.5. ALTERAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO – PT - Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 55 e 57.**

O conveniente deverá enviar a SESA:

- 3.5.1. OFÍCIO – Ofício no papel timbrado do município assinado pelo prefeito solicitando a alteração do Plano de Trabalho contendo:
  - 3.5.1.1. Número e objeto do Convênios ou Termo de Ajuste;
  - 3.5.1.2. Número do Instrumento;
  - 3.5.1.3. Justificativa explicitando o que será alterado no PT (especificações dos itens, quantidades, valores, etc), o motivo desta alteração e informar se haverá alteração no valor final do Convênios;
- 3.5.2. PLANO DE TRABALHO - Novo Plano de Trabalho contendo:
  - 3.5.2.1.1. Itens que já foram adquiridos com quantidade e valores de acordo com Nota Fiscal;
  - 3.5.2.1.2. Novos itens a serem adquiridos;
  - 3.5.2.1.3. Cronograma de Desembolso atualizado;
  - 3.5.2.1.4. Datas da execução atualizadas;

3.5.3. DOCUMENTOS TÉCNICOS: em caso de replanilhamento (alterações de valores unitários, quantitativos, acréscimo e/ou supressão de itens, prazo de execução, etc.), devem ser apresentados os seguintes itens em 01 (UMA) VIA em meio físico e 01 (UMA) VIA em meio digital em CD:

- 3.5.3.1.1. Orçamento Original;
- 3.5.3.1.2. Justificativa Técnica;
- 3.5.3.1.3. Orçamento Atualizado;
- 3.5.3.1.4. Memórias de Cálculo;
- 3.5.3.1.5. Composições de Preço (itens fora da planilha base);
- 3.5.3.1.6. Cronograma Físico-Financeiro Atualizado;
- 3.5.3.1.7. Demais documentos técnicos que se façam necessário.

- O Município só deverá efetuar novas OBTs após a publicação do Aditivo de alteração do Plano de Trabalho no Diário Oficial do Estado;
- Se houver decréscimo no valor final, a redução é proporcional a porcentagem inicial do REPASSE SESA e da CONTRAPARTIDA; **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 88;**
- Se houver acréscimo no valor final, o município deverá aumentar o valor da CONTRAPARTIDA.

### 3.6. UTILIZAÇÃO DE SALDO FINANCEIRO

O conveniente deverá enviar a SESA:

3.6.1. OFÍCIO – Ofício no papel timbrado do município assinado pelo prefeito solicitando a utilização do saldo financeiro contendo:

- 3.6.1.1. Número e objeto do Convênios ou Termo de Ajuste;
- 3.6.1.2. Número do Instrumento;
- 3.6.1.3. Justificativa explicitando a necessidade de utilização do saldo financeiro e o valor do mesmo;

3.6.2. EXTRATO BANCÁRIO - Extrato bancário destacando o saldo;

3.6.3. PLANO DE TRABALHO - Novo Plano de Trabalho contendo:

- 3.6.3.1. Apenas os novos itens a serem adquiridos com o valor do saldo;
- 3.6.3.2. Novo Cronograma de Desembolso.
- 3.6.3.3. Datas da execução atualizadas;

### 3.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS- Lei Complementar nº 119 e suas alterações – Arts.49 e 50, Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 82, 98, 99 e 100.

O conveniente deverá inserir no E-PARCELIAS:

3.7.1. RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO - **Decreto Estadual nº 32.811/18 - Arts. 55, 57 e 82:** até 30 dias após o término da vigência do convênio. (modelo **ANEXO XII**) e deverá vir acompanhado de:

- 3.7.1.1. **As built - projeto final definitivo como construído:** consiste em documentação que contempla, com exatidão por meio de plantas e memoriais, todos os serviços executados e especificações detalhadas dos insumos utilizados na execução da obra (fabricantes, materiais etc);
- 3.7.1.2. **Licença Ambiental** emitida pelo órgão ambiental competente (**Resolução COEMA nº 10/15 e Resolução COEMA nº 01/16**), conforme o tipo de obra:

Tipo de Obra	Licença Ambiental a ser apresentada
Reforma SEM acréscimo de área	Licença de Operação (LO)
Reforma COM acréscimo de área	Licença de Operação (LO)
Construções	Licença de Operação (LO)
Retomada de Construções	Licença de Operação (LO)

- e. Para Unidades a serem **reformadas (sem e com acréscimo de área) ou em retomada de construção**, as licenças ambientais deverão ser emitidas pelo órgão que iniciou o licenciamento. Se a unidade não possuir nenhuma licença ambiental válida, deverá ser feita regularização do licenciamento no órgão licenciador competente;
- f. Para Unidades a serem construídas, as licenças ambientais deverão ser emitidas pelo órgão licenciador competente;

Porte da Edificação	Órgão Licenciador Competente	
	Hospitais e Congêneres	Clínicas e Congêneres
Até 150 leitos	Municipal	-
Acima de 150 leitos	SEMACE	-
Até 2500,00m <sup>2</sup> de área construída	-	Municipal
Acima de 2500,00m <sup>2</sup> de área construída	-	SEMACE

- g. Caso o município não possua órgão licenciador, o licenciamento deverá ser feito pela SEMACE.
- h. [Lista de municípios que possuem órgão licenciador.](#)

Estes arquivos a serem inseridos devem ser digitalizados em formato PDF, e ter até 10MB, conforme limitação do sistema. Caso o arquivo tenha tamanho superior ao limite do sistema, este deverá ser fragmentado e a nomenclatura dos arquivos deve seguir o modelo, legendas e exemplos no **ANEXO XII**.

3.7.2. EXTRATO DE TODA A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA;

3.7.3. COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DE SALDO (SE HOUVER).

ESTE CHECK LIST NÃO SUBSTITUI O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 119 DE 28.12.12 (DOE 15.01.13) E SUAS ALTERAÇÕES (LEI COMPLEMENTAR N º178 DE 10.05.2018, [DOE 11.05.2018],) DECRETO Nº 32.811 DE 28.09.2018 (DOE 01.10.2018) E SUAS ALTERAÇÕES (DECRETO Nº 32.873 DE 04.11.2018 [DOE. 07.11.2018])

Caso solicitado alguma documentação com as devidas alterações e/ou ausência das mesmas, entregá-las diretamente na recepção do MAPP/SESA com a devida identificação e o número do processo ao qual pertence. Não há necessidade de abertura de um novo protocolo interno.

#### 4. OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

No site CEARÁ TRANSPARENTE (<https://cearatransparente.ce.gov.br/>) estão disponíveis informações dos Convênios e Termos de ajuste, como:

- ✚ Número do Processo;
- ✚ Status do Instrumento;
- ✚ Situação do Conveniente;
- ✚ Situação da Prestação de Contas;
- ✚ Vigência;
- ✚ Valor do Repasse SESA e Valor da Contrapartida;
- ✚ Aditivos realizados;
- ✚ Ajustes realizados;
- ✚ Notas de Empenho e Notas de Pagamentos;
- ✚ Ordem Bancárias de Transferências realizadas.

Para visualizar estas informações:

- ✓ CLICAR EM CONVÊNIOS
- ✓ INSERIR O NÚMERO DO INSTRUMENTO (SACC), CONVÊNIOS/TERMO DE AJUSTE OU NOME DO MUNICÍPIO
- ✓ CLICAR EM PESQUISAR

12

### Transparência

Consulte informações, Dados Abertos e Páginas de Transparência.

**Acesso rápido**  
O que são Páginas de Transparência?  
Como usar as Páginas de Transparência?

**Consultas em destaque**

- Servidores
- Dados abertos
- Receitas do Executivo
- Licitações em andamento
- Despesas do Executivo
- Despesas por empenho

### Consulta avançada

Secretaria/Órgão	Tipo objeto
Todas	Todos
Data de assinatura	Data publicação no portal
Situação do conveniente	Situação
Todos	Todos
Busca pelo SACC	Busca pelo nome do conveniente
Obs: Esta busca desconsidera os demais filtros	Obs: Esta busca desconsidera os demais filtros

Busca

Você pode buscar por parte do N° SACC, N° do Convênio, nome da unidade, nome ou CNPJ do conveniente e partes do objeto do contrato. Exemplos: 'der', 'construção', entre outros.

Buscar

